

V. A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

1. NATUREZA E ÂMBITO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

(a) *Definição e subdivisões da sociologia do conhecimento.*

A SOCIOLOGIA do conhecimento é um dos ramos mais novos da sociologia. Como teoria, procura analisar as relações entre conhecimento e existência; como pesquisa histórico-sociológica, busca a origem das formas que essas relações têm assumido no desenvolvimento intelectual da humanidade.

Surgiu ela no esforço de desenvolver, como seu campo particular de pesquisa, as múltiplas conexões que se haviam patenteado na crise do pensamento moderno e, em especial, as relações sociais entre teorias e modos de pensamento. De um lado, visa encontrar critérios praticáveis para determinar as relações mútuas entre pensamento e ação. De outro lado, pelo exame do problema, de comêço a fim, num espírito radical e livre de preconceitos, espera desenvolver uma teoria, apropriada à situação econômica, sôbre a significação dos fatores não teóricos que condicionam o conhecimento.

Só assim podemos ter esperança de suplantar a forma vaga, mal digerida e estéril de relativismo no tocante ao conhecimento científico, a qual prevalece cada vez mais na atualidade. Essa situação desanimadora continuará a existir enquanto a ciência não tratar de maneira adequada os fatores que condicionam cada produto do pensamento, fatores êsses que as suas conquistas mais recentes puseram em evidência. Em vista disso, a sociologia do conhecimento reservou-se a tarefa de resolver o problema das condições sociais do conhecimento, reconhecendo corajosamente essas relações, introduzindo-as no horizonte da própria ciência e usando-as como comprovantes para as conclusões da nossa pesquisa. Já que as discussões concernentes à influência do ambiente social têm permanecido vagas, inexatas e exageradas, a sociologia do conhecimento propõe-se reduzir as con-

clusões tiradas às verdades mais defensáveis que nelas se contêm, aproximando-se ainda mais, assim, do contróle metodológico dos problemas em jôgo.

(b) *A sociologia do conhecimento e a teoria da ideologia.*

A sociologia do conhecimento está intimamente ligada à teoria da ideologia, que também surgiu e se desenvolveu nos tempos atuais, embora se distinga cada vez mais dessa teoria. O estudo das ideologias propôs-se desmascarar os disfarces e embustes de grupos humanos movidos pelo interesse, e em particular dos partidos políticos. A sociologia do conhecimento não se ocupa tanto com as deformações devidas a uma tentativa deliberada de enganar como com as várias maneiras pelas quais se apresentam os objetos ao sujeito, de acôrdo com as diferenças de ambiente social. Assim, é inevitável que estruturas mentais diferentes se formem em ambientes sociais e históricos diferentes.

De acôrdo com esta diferenciação, deixaremos à teoria da ideologia apenas as primeiras formas do "inexato" e do falso, enquanto que a observação unilateral não devida a uma intenção mais ou menos consciente será separada da teoria da ideologia e tratada como tema próprio da sociologia do conhecimento. Na antiga teoria da ideologia não se fazia distinção entre êsses dois tipos de observação e afirmação falsas. Hoje, porém, é recomendável separar mais rigorosamente êsses dois tipos, ambos os quais eram anteriormente considerados como ideologias. Por isso falamos de um conceito particular e de um conceito total de ideologia. Na primeira categoria incluimos tôdas aquelas afirmações cuja "falsidade" se deve a um engano de si próprio ou de outrem, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente, o qual ocorre no plano psicológico e se assemelha estruturalmente à mentira.

Qualificamos de *particular* êsse conceito de ideologia porque sempre se refere a asserções específicas, apenas, as quais podem passar por dissimulações, falsificações ou mentiras, sem que com isso se ataque a integridade da *estrutura mental total* do sujeito que afirma. A sociologia do conhecimento, por outro lado, toma para si exatamente o problema dessa estrutura mental na sua totalidade, tal como se manifesta nas diversas correntes de pensamento e grupos histórico-sociais. A sociologia do conhecimento não critica o pensamento no próprio plano das afirmações, que podem

envolver embustes e disfarces, mas examina-o no nível estrutural ou noológico, que ela considera como não sendo necessariamente igual para todos os homens, mas antes como permitindo que o mesmo objeto assuma diferentes formas e aspectos no curso do desenvolvimento social. Visto que a suspeita de falsificação não está incluída no conceito total de ideologia, o uso dêste termo na sociologia do conhecimento não tem intuito de moralizar ou denunciar. Sugere, antes, um interêsse de pesquisa que leva a formular a questão de quando e onde as estruturas sociais vêm a exprimir-se na estrutura das asserções, e em que sentido as primeiras determinam concretamente as segundas. No domínio da sociologia do conhecimento evitaremos pois, tanto quanto possível, o uso do termo "ideologia" por causa da sua conotação moral, falando, ao invés, na "perspectiva" de um pensador. Por êste termo entendemos a maneira total de um sujeito conceber as coisas, tal como é determinada pelo seu ambiente histórico e social.

2. AS DUAS DIVISÕES DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

A. A teoria da determinação social do conhecimento.

A sociologia do conhecimento é, por um lado, uma teoria, e por outro um método de pesquisa histórico-sociológico.

Como teoria, pode assumir duas formas. Em primeiro lugar, é uma investigação puramente empírica, mediante a descrição e a análise estrutural, das maneiras pelas quais as relações sociais influenciam, na realidade, o pensamento. Pode passar, em segundo lugar, a uma indagação epistemológica sôbre a significação dessas relações para o problema da validade. Importa notar que êsses dois tipos de indagação não estão necessariamente ligados entre si e que podemos aceitar os resultados empíricos sem sermos levados às conclusões epistemológicas.

O aspecto puramente empírico da pesquisa da determinação social do conhecimento. De acôrdo com esta classificação e deixando de lado, tanto quanto possível, as inferências epistemológicas, apresentaremos a sociologia do conhecimento como uma teoria da determinação social ou existencial do pensamento real. Conviria principiar pela explicação do que se entende pela expressão mais ampla "determinação existencial do conhecimento" (*Seinsverbundenheit*

des Wissens)⁽¹⁾. Como fato concreto, a melhor maneira de abordá-la é por meio de uma ilustração. Podemos considerar a determinação existencial do pensamento como fato comprovado nos campos de pensamento em que pudermos mostrar: (a), que o processo de conhecimento na realidade não se desenvolve historicamente de acordo com leis imanescentes, que ele não provém apenas da "natureza das coisas" ou de "possibilidades puramente lógicas", nem é impulsionado por uma "dialética interior". Pelo contrário, o aparecimento e a cristalização do pensamento real são influenciados em muitos pontos decisivos por fatores extrateóricos da mais diversa espécie. Estes podem ser chamados, em oposição aos fatores puramente teóricos, de fatores existenciais. Tal determinação existencial do pensamento deverá também ser encarada como um fato (b) se a influência desses fatores existenciais no conteúdo concreto do conhecimento tiver uma importância não simplesmente periférica, se eles não se limitarem a influenciar a gênese das idéias mas penetrarem também suas formas e conteúdos e se, além disso, determinarem de modo decisivo o alcance e a intensidade da nossa experiência e observação, isto é, aquilo a que nos referimos acima como a "perspectiva" do sujeito. *Influência dos processos sociais sobre o processo do conhecimento.* Considerando, agora, a primeira série de critérios para a determinação das relações existenciais do conhecimento, ou melhor, o papel realmente desempenhado pelos fatores extrateóricos na história do pensamento, vemos que as investigações mais recentes, feitas no espírito da história do pensamento sociologicamente orientada, oferecem um número cada vez maior de fatos corroborativos. Sim, porque já hoje em dia parece estar perfeitamente estabelecido que o velho método da história intelectual, orientada para a concepção apriorística de que as mudanças de idéias deviam ser interpretadas no plano das idéias (história intelectual imanente), impedia o reconhecimento da penetração do processo social na esfera intelectual. Com a evidência cada vez maior das falhas dessa concepção apriorística, um número crescente de

1) Não entendemos aqui por "determinação" uma seqüência mecânica de causa e efeito: deixamos impreciso o significado de "determinação" e só a pesquisa empírica poderá mostrar-nos quão rigorosa é a correlação entre a situação de vida e o processo de pensamento, ou dentro de que limites podem ocorrer variações na correlação. (A expressão alemã "*Seinsverbundenes Wissen*" tem um significado que não define a indole exata do determinismo).

casos concretos tornou claro que: (a) toda formulação de um problema só é possibilitada por uma experiência humana prévia e real que envolva esse problema; (b) na seleção dos dados múltiplos está implicado um ato voluntário por parte do sujeito cognoscente; (c) as forças surgidas da experiência vivida influem na direção que seguirá o tratamento do problema.

Em relação com estas pesquisas, torna-se cada vez mais claro que as forças vivas e as atitudes reais em que se alicerçam as atitudes teóricas não são, de maneira alguma, de natureza puramente individual, isto é, não têm origem na tomada de consciência de seus interesses, por parte do indivíduo, durante o processo do pensamento. Nascem, antes, dos propósitos coletivos de um grupo que estão subjacentes ao pensamento individual e de cujo ponto de vista prescrito êle se limita a participar. Nesta conexão, torna-se mais claro que grande parte do pensamento e do conhecimento não pode ser compreendida de maneira acertada enquanto não forem levadas em consideração as suas relações com a existência ou com as inferências sociais da vida humana.

Seria impossível alinhar todos os multiformes processos sociais que, no sentido acima, condicionam e moldam as nossas teorias. Limitar-nos-emos, pois, a poucos exemplos, e mesmo assim teremos de relegar a prova detalhada para as ilustrações citadas no índice e na bibliografia.

Podemos encarar a competição como um desses casos representativos em que processos extrateóricos influenciam a emergência do conhecimento e o sentido em que êste se desenvolve. A competição (2) não só controla a atividade meramente econômica através do mecanismo do mercado, não só dirige o curso dos acontecimentos políticos e sociais, mas também fornece o impulso motor de diversas interpretações do mundo que, quando são postas a descoberto as suas origens sociais, revelam-se como as expressões intelectuais de grupos em luta pelo poder.

A proporção que vemos essas origens sociais subir à tona e tornar-se reconhecíveis como as forças invisíveis que informam o conhecimento, percebemos que os pensamentos e idéias não são resultado da inspiração isolada de grandes gênios. Mesmo sob a inspiração profunda do gênio encon-

2) Para exemplos concretos, veja-se o folheto do autor "Die Bedeutung der Konkurrenz em Gebiete des Geistigen", op. cit.

tram-se as experiências históricas coletivas de um grupo, as quais o indivíduo aceita sem exame, mas que em condição alguma deveriam ser hipostasiadas como "mentalidade grupal". Um exame mais atento mostra que não existe apenas um complexo de experiência coletiva com uma única tendência exclusiva, como sustentava a teoria do "espírito do povo":, O mundo é conhecido através de muitas orientações diferentes, porque há muitas tendências mentais simultâneas e mutuamente contraditórias (de modo algum iguais no valor) a lutar entre si, com as suas interpretações diferentes da experiência "comum". A chave desse conflito não será encontrada, pois, no "objeto em si" (se o fôsse, seria impossível compreender por que o objeto aparece em tantas imagens refratadas diferentes), mas nas várias expectativas, propósitos e impulsos nascidos da experiência. Se, pois, na nossa explicação temos de recorrer às ações e reações de diferentes impulsos dentro da esfera social, uma análise mais exata nos mostrará que a causa desse conflito entre impulsos concretos não deve ser procurada na própria teoria, mas nesses próprios impulsos variados e opostos que, por sua vez, estão ligados à matriz dos interesses coletivos. Essas divergências, na aparência "puramente teóricas", à luz de uma análise sociológica (que põe à mostra os estádios intermédios ocultos entre os impulsos originais a observar e a conclusão puramente teórica), podem ser reduzidos, na sua maior parte, a diferenças filosóficas mais fundamentais. Mas estas últimas, por sua vez, são invisivelmente guiadas pelo antagonismo e pela concorrência entre grupos concretos em conflito.

Para mencionar apenas uma das muitas outras bases possíveis da existência coletiva, das quais podem surgir diferentes interpretações do mundo e formas diversas de conhecimento, podemos considerar o papel representado pela relação entre gerações diferentemente situadas. Este fator influencia em muitíssimos casos os princípios de seleção, organização e polarização das teorias e pontos de vista que predominam numa dada sociedade, em determinado momento. (Este ponto é tratado com mais atenção no ensaio do autor intitulado "Das Problem der Generationen" (3)). Do conhecimento derivado dos nossos estudos sobre a concorrência e as gerações, concluímos que aquilo que, do ponto de vista da história intelectual imanente, parece ser a "dialéti-

3) *Kölner Vierteljahrshefte für Soziologie* (1928), vol VIII.

ca interna" do desenvolvimento das idéias, torna-se, do ponto de vista da sociologia do conhecimento, o movimento rítmico da história das idéias sob a influência da concorrência e da sucessão das gerações.

Considerando a relação entre formas de pensamento e formas de sociedade, lembraremos a observação de Max Weber (4): que o interesse pela sistematização é em grande parte atribuível a um fundo escolástico, que o interesse pelo pensamento "sistemático" é correlativo das escolas de pensamento jurídicas e científicas, e que a origem desta forma organizadora de pensamento está na continuidade das instituições pedagógicas. Também devemos mencionar aqui o significativo esforço de Max Scheler (5) no sentido de estabelecer a correlação entre várias formas de pensamento e certos tipos de grupos que são os únicos em que elas podem surgir e ser elaboradas.

Isto bastará para indicar o que se entende pela correlação entre os tipos de conhecimento e idéias, por um lado, e os grupos e processos sociais de que êles são característicos, por outro.

A penetração essencial do processo social na "perspectiva" do pensamento. Os fatores existenciais do processo social têm apenas uma significação periférica e devem ser encarados como meros condicionadores da origem ou desenvolvimento real das idéias (ou, por outra, são de importância meramente genética), ou acaso penetram a "perspectiva" das afirmações concretas particulares? Esta é a nova questão que procuraremos resolver. A gênese histórica e social de uma idéia careceria de importância no que diz respeito à sua validade última se as condições sociais e temporais do seu aparecimento não lhe afetassem o conteúdo e a forma. Se assim acontecesse, dois períodos quaisquer da história do conhecimento humano só se distinguiriam um do outro pelo fato de que, no período mais remoto, ainda eram desconhecidas certas coisas e ainda vigoravam certos erros que, graças ao conhecimento posterior, foram completamente corrigidos. Essa relação simples entre um período anterior incompleto e um posterior completo do conhecimento pode, até certo ponto, ser apropriada às ciências exatas (embora, hoje

4) Veja-se Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., em particular na seção referente à sociologia jurídica.

5) Vejam-se especialmente seus trabalhos *Die Wissensformen und die Gesellschaft*, Leipzig, 1926, e *Die Formen des Wissens und der Bildung*, I, Bonn, 1925.

em dia, a idéia da estabilidade da estrutura categórica das ciências exatas esteja, em comparação com a lógica da física clássica, consideravelmente abalada). Para a história das ciências culturais, porém, os estádios anteriores não são suplantados de maneira tão simples pelos posteriores, nem é tão fácil demonstrar que os erros anteriores tenham sido corrigidos subseqüentemente. Cada época tem a sua atitude fundamentalmente nova e o seu ponto de vista característico, e em consequência vê o "mesmo" objeto sob outra perspectiva.

Portanto, a tese de que o processo histórico-social tem uma importância essencial para a maior parte dos domínios de conhecimento é corroborada pelo fato de podermos ver, quando confrontados com a maioria das afirmações concretas dos seres humanos, onde e quando elas surgiram, onde e quando foram formuladas. A história da arte mostrou de maneira concludente que se pode atribuir uma data precisa às formas de arte de acordo com o seu estilo, já que cada forma só é possível dentro de certas condições históricas e revela as características da sua época. O que é verdadeiro para a arte também vale, *mutatis mutandis*, para o conhecimento. Assim como, na arte, podemos datar as formas particulares baseando-nos na sua associação definida com um período particular da história, também no domínio do conhecimento podemos descobrir com crescente exatidão a perspectiva devida a um ambiente histórico particular. Além disso, pelo uso da análise pura da estrutura do pensamento, podemos determinar onde e quando o mundo se apresentou sob tal luz, e não sob uma outra, ao sujeito que fez a asserção, e muitas vezes a análise pode ser levada a um ponto em que se torna capaz de responder a esta questão mais vasta: *por que* o mundo se apresentou precisamente de tal maneira?

Ao passo que a afirmação (para citar o caso mais simples) de que duas vezes dois são quatro não nos dá nenhuma indicação sobre quando, onde e por quem foi formulada, é sempre possível, no caso de uma obra sobre ciências sociais, dizer se ela foi inspirada pela "escola histórica", pelo "positivismo", pelo "marxismo", e de que fase do desenvolvimento de cada um destes ela data. Em asserções desta espécie podemos falar de uma "infiltração da posição social" do investigador nos resultados do seu estudo e da "relatividade situacional" (*Situationsgebundenheit*) ou correlação dessas asserções com a realidade subjacente.

"Perspectiva", neste sentido, significa a maneira pela

qual se encara um objeto, o que se percebe nêle e como êle é interpretado no pensamento do sujeito. A perspectiva é, pois, algo mais do que uma simples determinação formal do pensamento. Refere-se também a elementos qualitativos na estrutura do pensamento, elementos que devem por força passar despercebidos a uma lógica puramente formal. São precisamente êsses fatores que são responsáveis pelo fato de duas pessoas — mesmo ainda quando apliquem de modo idêntico as mesmas regras de lógica formal, como por exemplo a lei de contradição ou as fórmulas do silogismo — poderem julgar o mesmo objeto de maneira muito diferente.

Quanto aos traços que podem caracterizar a perspectiva de uma afirmação e aos critérios que nos permitem atribuí-la a uma dada época ou situação, limitar-nos-emos a apresentar uns poucos exemplos: análise do significado dos conceitos em uso; o fenômeno do contraconceito; a ausência de certos conceitos; a estrutura do aparato categórico; os padrões dominantes de pensamento; o nível de abstração; e a ontologia pressuposta. No que segue procuraremos mostrar, através de alguns exemplos, a aplicabilidade dêsses traços e critérios de identificação na análise da perspectiva. Ao mesmo tempo, mostraremos até que ponto a posição social do observador influi na sua visão.

Começaremos pelo fato de que a mesma palavra, ou na maioria dos casos o mesmo conceito, significam coisas muito diversas quando usados por pessoas diferentemente situadas.

Quando, nos primórdios do século XIX, um alemão conservador à velha moda falava de "liberdade", queria exprimir o direito que tinha cada estado social de viver de acôrdo com os seus privilégios (liberdades). Se pertencesse ao movimento romântico-conservador protestante, entenderia por êsse termo a "liberdade interna", isto é, o direito de viver cada indivíduo de acôrdo com a sua personalidade. Ambos êsses grupos pensavam em função do "conceito qualitativo de liberdade" porque entendiam que esta palavra significava o direito de manter a sua individualidade, ou histórica ou íntima.

Quando um liberal do mesmo período usava o tôrmo "liberdade", pensava justamente na libertação dêsses privilégios que, para o conservador à velha moda, afiguravam-se a própria base de toda liberdade. A concepção liberal era, pois, uma "concepção igualitária de liberdade", para a qual "ser livre" significava que todos os homens têm os mesmos direitos fundamentais a seu dispor. A concepção liberal de liberdade era a de um grupo que procurava subverter uma

ordem social exterior, legal e não igualitária. A idéia conservadora de liberdade, por outro lado, era a de uma câmara social que não queria ver mudanças na ordem externa das coisas, contando que os acontecimentos continuassem na sua unicidade tradicional; a fim de manter o estado vigente das coisas, precisavam também desviar as questões relativas à liberdade do plano político externo para um campo interior, não político. O fato de que o liberal só via uma face e o conservador só via outra face do conceito e do problema estava ligado, de modo claro e demonstrável, às suas respectivas posições na estrutura social e política (6). Em suma, mesmo na formulação de conceitos o ângulo de visão é orientado pelos interesses do observador, ou em outras palavras: o pensamento é dirigido de acordo com o que um determinado grupo social espera. Assim, entre os possíveis dados da experiência, cada conceito só incorpora a si mesmo aquele que, à luz dos interesses do investigador, é indispensável apreender e incorporar. Daí, por exemplo, o conceito conservador de *Volksgeist* (espírito do povo) ter sido formulado, com toda probabilidade, na qualidade de um contra-conceito em oposição ao conceito progressista do "espírito da época" (*Zeitgeist*). A análise dos conceitos de um dado esquema conceitual proporciona o método mais direto de estudar a perspectiva de classes diversamente situadas.

A ausência de certos conceitos amiúde indica, não apenas a ausência de certos pontos de vista, mas também a de um impulso definido para fazer frente a certos problemas vitais. Assim, por exemplo, o aparecimento relativamente tardio do conceito do "social" na história demonstra que as questões implicadas nesse conceito nunca tinham sido levantadas antes, e também que uma determinada forma de experiência, indicada pelo conceito do "social", não existia anteriormente.

Entretanto, não apenas os conceitos, em seu conteúdo concreto, diferem uns dos outros de acordo com as posições sociais diversas, mas as categorias básicas do pensamento podem diferir da mesma forma.

Assim, por exemplo, o conservantismo alemão do início do século XIX (tiram os dessa época quase todos os nossos exemplos por ser a mais bem estudada sob o ponto de vista sociológico), e, aliás, o contemporâneo também, tendem a

6) Veja-se, do autor, "Das Konservative Denken", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vol. 57, pp. 90 seg.

usar categorias morfológicas que não quebrem a totalidade completa dos dados da experiência, procurando, ao contrário, preservá-la em toda a sua unicidade. Em contraste com o método morfológico, o analítico, que caracteriza os partidos de esquerda, desintegrou todas as totalidades concretas para chegar a unidades menores e mais gerais, que pudessem então ser re combinadas mediante a categoria de causalidade ou a integração funcional. Aqui nos cabe a tarefa, não só de mostrar que pessoas de diferentes posições sociais pensam diferentemente, mas de tornar inteligíveis as causas de sua disposição diferente dos materiais da experiência, em diferentes categorias. Os grupos orientados para a esquerda pretendem fazer algo novo do mundo tal como o encontram, e por isso afastam o olhar das coisas tais como são, tornam-se abstratos e atomizam a situação dada em seus elementos componentes a fim de recombina-los de novo. Só aparece, configurativa e morfológicamente, aquilo que estamos prontos a aceitar sem levantar dificuldades e que não desejamos seja fundamentalmente mudado. Mais ainda, através do conceito configurativo procura-se estabilizar precisamente aqueles elementos que ainda se encontram em processo de transformação, e ao mesmo tempo invocar a aprovação para o que existe por ser o que é. Tudo isto torna bem claro até que ponto as próprias categorias abstratas e princípios de organização abstratos, que parecem tão afastados da luta política, têm origem na natureza pragmática metateórica da mentalidade humana e nas maiores profundezas da psique e da consciência. Por essa razão, não se pode falar aqui em embuste consciente no sentido da criação de ideologias.

O seguinte fator que pode servir para caracterizar a perspectiva do pensamento é o chamado padrão de pensamento, isto é, o modelo que se acha implícito no espírito da pessoa quando esta se põe a refletir sobre um objeto.

Sabe-se, por exemplo, que depois de formulada a tipologia dos objetos nas ciências naturais, e depois que as categorias e métodos de pensamentos derivados desses tipos se converteram em modelos, passou-se a resolver por esse método todos os problemas nos outros campos da existência, inclusive no social. (Esta tendência é representada pela concepção mecânico-atomística dos fenômenos sociais.)

É importante observar que, quando isso sucedeu, como em todos os casos semelhantes, nem todas as camadas da sociedade se orientaram, de início, para esse padrão único de pensamento. A aristocracia territorial, as classes deslo-

çadas e os camponeses não foram ouvidos durante esse período histórico. O novo caráter do desenvolvimento cultural e as formas ascendentes de orientação para o mundo pertenciam a um tipo de vida estranho ao seu. As formas da perspectiva ascendente do mundo, modeladas pelos princípios das ciências naturais, chegavam a essas classes como providas de fora. À medida que a interação das forças sociais traziam para o primeiro plano da história outros grupos, que representavam as classes supramencionadas e expressavam a sua situação de vida, os modelos contrários de pensamento, como por exemplo o "organicista" e o "personalista", foram opostos ao tipo "funcional-mecanicista". Assim Stahl, por exemplo, que se encontrava no ápice desse desenvolvimento, já era capaz de estabelecer relações entre padrões de pensamento e correntes políticas (7).

Debaixo de cada pergunta e resposta definidas encontra-se, implícito ou explícito, um modelo de como o pensamento fecundo pode ser levado avante. Se fôssemos traçar pormenorizadamente, em cada caso individual, a origem e o raio de difusão de um dado padrão de pensamento, descobriríamos a afinidade peculiar que ele tem com a posição social de dados grupos e a maneira por que estes interpretam o mundo. Por grupos não entendemos, aqui, meramente classes, como o faria um tipo dogmático de marxismo, mas também gerações, grupos de posição, seitas, grupos profissionais, escolas etc. Se não se prestar meticulosa atenção aos agrupamentos sociais altamente diferenciados desse tipo e às correspondentes diferenciações de conceitos, categorias e padrões de pensamento, isto é, se não se precisar o problema da relação entre a super- e a subestrutura, será impossível demonstrar que, em correspondência com a riqueza de tipos de pensamento e perspectivas que se têm manifestado no curso da história, existem diferenciações similares na subestrutura da sociedade. Naturalmente, não temos a intenção de negar que, de todos os agrupamentos e unidades sociais mencionados acima, a estratificação das classes é o mais importante, já que em última análise todos os outros grupos sociais surgem das condições mais básicas de produção e dominação e se transformam como partes dessas condições. Não obstante, o pesquisador que, diante da variedade dos tipos de pensamento, tenta colocá-los corretamen-

7) A história das teorias do estado, especialmente como as estuda Oppenheimer, F., no seu *System der Soziologie* (vol. II, "Der Staat") é um tesouro de material ilustrativo.

te, já não pode contentar-se com o conceito indiferenciado de classe mas deve contar com as unidades e fatores sociais existentes, além dos de classe, que condicionam a posição social.

Outra característica da perspectiva pode ser encontrada mediante o estudo do nível de abstração além do qual uma teoria não mais progride, ou do grau em que ela resiste à formulação teórica sistemática.

Nunca é por casualidade que uma certa teoria, inteiramente ou em parte, não consegue desenvolver-se além de um determinado estágio de relativa abstração e oferece resistência a maiores tendências para a concretização, quer censurando tais tendências, quer afirmando que elas carecem de importância. Aqui, também, a posição social do pensador é importante.

Precisamente no caso do marxismo e da sua relação com as descobertas da sociologia do conhecimento, pode-se demonstrar como uma correlação muitas vezes só é formulável sob a forma concreta própria desse ponto de vista particular. Pode-se demonstrar, no caso do marxismo, que um observador cuja visão está presa a uma determinada posição social jamais conseguirá, por si mesmo, desentranhar os aspectos teóricos mais gerais que se acham implícitos nas suas observações concretas. Seria de esperar, por exemplo, que o marxismo há muito tempo houvesse formulado de um modo mais teórico as descobertas fundamentais da sociologia do conhecimento sobre a correlação entre o pensamento humano e as condições da existência *em geral*, especialmente visto que a sua descoberta da teoria da ideologia continha, pelo menos, os inícios da sociologia do conhecimento. O fato de que tal inferência nunca pôde ser formulada e teoricamente elaborada, mas, na melhor das hipóteses, só parcialmente se evidenciou, deve-se a que, neste exemplo concreto, a relação só era percebida no pensamento do adversário. Ademais, isso proveio com toda probabilidade de uma relutância inconsciente a deduzir as conseqüências de uma percepção concretamente formulada até o ponto em que as formulações teóricas latentes na mesma se tornassem bastante claras para ter um efeito perturbador sobre a posição da pessoa. Vemos, assim, como o foco mais limitado impôsto por uma dada posição e os impulsos propulsores que governam as suas percepções tendem a impedir a formulação geral e teórica desses pontos de vista e a restringir a capacidade de abstração. Há uma tendência a não se afastar da visão particular que se pode obter imediatamente e a impe-

dir que se levante a questão de saber se o fato de estar o conhecimento vinculado à existência não é inerente à própria estrutura do pensamento humano em si. Além disso, a tendência do marxismo a evitar uma formulação geral e sociológica pode atribuir-se amiúde a uma limitação semelhante àquela que um dado ponto de vista impõe a um método de pensamento. Não se admite, por exemplo, que seja sequer levantada a questão sobre se a "despersonalização" (*Verdinglichung*), tal como foi elaborada por Marx e Lukács, é um fenômeno mais ou menos geral da consciência e se a despersonalização capitalista é apenas uma das suas formas particulares. Ao passo que essa grande importância dada ao concreto e ao historicismo surge de uma posição social particular, a tendência oposta, isto é, a evasão imediata para os mais altos domínios da abstração e da formalização, pode, como acertadamente frisou Marx, conduzir ao obscurecimento da situação concreta e seu caráter único. Isto poderia ser demonstrado mais uma vez no tocante a "sociologia formal".

— Não desejamos, de maneira alguma, pôr em dúvida a legitimidade da sociologia formal como um dos tipos possíveis de sociologia. Quando, porém, contrariando a tendência de tornar mais concreta a formulação dos problemas sociológicos, ela se arvora em única sociologia, é inconscientemente guiada por motivos semelhantes aos que impediram sua precursora histórica, a maneira de pensar liberal-burguesa, de ultrapassar, na sua teoria, uma forma abstrata e geral de observação. Esquiva-se de tratar historicamente e individualmente os problemas da sociedade, pelo receio de que os seus próprios antagonismos internos, como os do capitalismo, por exemplo, possam tornar-se visíveis. Neste ponto ela se parece com a discussão crucial burguesa do problema da liberdade, em que esse problema era e continua a ser colocado de maneira apenas teórica e abstrata. E, mesmo quando é assim colocada, a questão da liberdade versa sempre sobre direitos políticos e não sociais, porquanto, se esta última esfera fôsse considerada, surgiriam inevitavelmente os fatores da propriedade e da posição de classe em sua relação com a liberdade e a igualdade.

Em resumo: a maneira de abordar um problema, o nível em que este é formulado, o grau de abstração e de concretização que se espera alcançar, estão todos ligados da mesma forma à vida social.

Seria muito apropriado tratar, por fim, do substrato subjacente a todos os tipos de pensamento, com as suas en-

tologias pressupostas e as suas diferenciações sociais. É justamente porque o substrato ontológico tem fundamental importância para o pensamento e a percepção que não podemos tratar de maneira adequada, dentro de um espaço limitado, os problemas que isso levanta e reportamo-nos, portanto, a estudos mais minuciosos encontrados alhures (8). Neste ponto baste-nos dizer que, por muito justificado que seja o desejo que a filosofia moderna tem de elaborar uma "ontologia básica", é perigoso abordar ingenuamente esses problemas, sem levar antes em conta os resultados sugeridos pela sociologia do conhecimento. Se nos aproximássemos ingenuamente desse problema, o resultado quase inevitável seria que, ao invés de obter uma autêntica base ideológica, tornar-nos-íamos vítimas de uma ontologia acidental arbitrária que, por casualidade, o processo histórico tivesse colocado à nossa disposição.

Essas reflexões devem bastar, nesta conjuntura, para esclarecer a idéia de que as condições de vida não só afetam a gênese histórica das idéias mas constituem parte essencial dos produtos do pensamento e fazem-se sentir no seu conteúdo e forma. Os exemplos acima citados servirão para esclarecer a estrutura peculiar e as funções da sociologia do conhecimento.

O método especial característico da sociologia do conhecimento. Duas pessoas que estejam travando uma discussão no mesmo campo de discurso — correspondente às mesmas condições sociais — podem e devem fazê-lo de maneira bem diversa de duas pessoas pertencentes a posições sociais diferentes. Estes dois tipos de discussão — isto é, entre participantes social e intelectualmente homogêneos e entre participantes social e intelectualmente heterogêneos — devem ser distinguidos claramente. Não é por acaso que tal distinção é explicitamente reconhecida como um problema numa época como a nossa. Max Scheler chamou ao período contemporâneo "época da igualização" (*Zeitalter des Ausgleichs*), o que, quando aplicado aos nossos problemas, significa que o nosso mundo é um mundo em que os agrupamentos sociais, que até hoje viveram mais ou menos isolados uns dos outros, cada um considerando a si mesmo e ao seu tipo de pensamento como absolutos, estão agora, de um modo ou de outro, interpenetrando-se mutuamente. Não

8) Veja-se, do autor, "Das Konservative Denken" (loc. cit., pp. 480 seg., e especialmente p. 494), e pp. 82 seg., 91 seg., 184 seg., deste volume.

apenas Oriente e Ocidente, não apenas as nações ocidentais, mas também as várias camadas sociais destas nações, que eram outrora mais ou menos isoladas, e, finalmente, os diversos grupos profissionais dentro dessas camadas e os grupos intelectuais neste mundo altamente diferenciado — todos eles são arrancados à sua auto-suficiência, à aceitação satisfeita de suas existências como coisa axiomática, e forçados a se manterem e às suas idéias em face das investidas desses grupos heterogêneos.

Mas como levam avante tal luta? No que diz respeito aos antagonismos intelectuais, como poucas exceções costumam fazê-lo “discutindo sem se entenderem”, isto é, embora percebam mais ou menos que a pessoa com quem estão debatendo o assunto representa outro grupo e que é provável que a sua estrutura mental, como um todo, seja muitas vezes bem diversa quando se está discutindo uma coisa concreta, falam como se as suas diferenças se limitassem à questão específica em foco, em torno da qual se cristalizou a sua discordância atual. Esquecem que o antagonista é diferente em sua visão total e não apenas na sua opinião sobre o ponto em debate.

Isto indica que há também tipos de intercâmbio intelectual entre pessoas heterogêneas. No primeiro deles, as diferenças de estrutura mental integral permanecem obscuramente no último plano, no que toca ao contacto entre os participantes. Para cada um destes o “objeto” tem um significado mais ou menos diferente porque brota do todo de seus respectivos quadros de referências, daí resultando que o significado do objeto, na perspectiva da outra pessoa, permanece, pelo menos em parte, obscuro. Por isso a falta de entendimento é um fenômeno inevitável da “época de igualização”.

Por outro lado, também se pode entabular discussão com uma pessoa de idéias divergentes, na intenção de aproveitar cada ponto de contacto teórico como ocasião para afastar mal-entendidos apurando a fonte de divergências. Isso porá a descoberto as variadas pressuposições que estão implícitas, respectivamente, nas duas perspectivas, como conseqüências das duas situações sociais diferentes. Em tais casos, o sociólogo do conhecimento não enfrenta o antagonista da maneira comum, que é a de tratar diretamente os argumentos do outro. Ele procura, antes, compreendê-lo pela definição da perspectiva total, vendo-a como uma função de determinada posição social.

Devido a êsse modo de proceder, o sociólogo do conhe-

cimento tem sido acusado de evitar a verdadeira questão, de não se preocupar com o assunto realmente em debate, preferindo, em vez disso, buscar a base total do pensamento do assertor a fim de revelá-la como uma simples base de pensamento entre muitas e uma mera perspectiva parcial. Buscar as bases das afirmações dos antagonistas e desdenhar as verdadeiras questões em foco é legítimo em certos casos — a saber, sempre que, devido à ausência de uma base comum de pensamento, não existe problema comum. A sociologia do conhecimento procura superar o desentendimento dos vários antagonistas tomando como tema explícito de investigação a descoberta das fontes de desacordos parciais, as quais nunca seriam percebidas pelos disputantes, preocupados como estão com o assunto imediato do debate. É desnecessário acentuar que o sociólogo do conhecimento só está justificado em seguir as origens do argumento até as próprias bases do pensamento e a posição dos disputantes quando existe uma disparidade real entre as perspectivas da discussão, resultando num mal-entendido fundamental. Sempre que a discussão se processe na mesma base de pensamento e dentro do mesmo campo, isso se torna inútil. Aplicado sem necessidade, pode tornar-se um meio de desviar a discussão.

A aquisição de uma perspectiva como condição preliminar da sociologia do conhecimento. Para o filho de camponês que cresceu dentro dos estreitos limites da sua aldeia e passa a vida inteira na terra natal, o modo de pensar e de falar característico dessa aldeia é coisa que êle aceita sem o menor exame. Mas para o jovem camponês que vai para a cidade e pouco a pouco se adapta à vida urbana, a maneira rural de viver e de pensar deixa de lhe parecer tão natural. Adquiriu um certo desprendimento dela e distingue agora, talvez com perfeita consciência, entre formas de pensar ou idéias "rurais" e "urbanas". Nesta distinção fazem os inícios daquele método que a sociologia do conhecimento procura desenvolver nos menores detalhes. Aquilo que dentro de um grupo dado é aceito como absoluto apresenta-se, aos de fora, como condicionado pela situação do grupo e é reconhecido como parcial (no caso em exame, como "rural"). Este tipo de conhecimento pressupõe uma perspectiva mais desprendida.

Essa perspectiva desprendida pode adquirir-se das seguintes maneiras: (a) um membro de certo grupo deixa a sua posição social (elevando-se a uma classe mais alta, emigrando etc.); (b) a base da existência de um grupo inteiro

desloca-se em relação às suas normas e instituições tradicionais (9); (c) dentro de uma mesma sociedade entram em conflito duas ou mais formas de interpretação socialmente determinadas e, criticando-se entre si, tornam-se mutuamente transparentes e estabelecem perspectivas em relação umas às outras. Em consequência, torna-se possível a tôdas as posições uma perspectiva desprendida, através da qual descobrem-se os contornos das formas de pensamento opostas, e essa perspectiva chega por fim a ser a forma reconhecida de pensamento. Já indicamos que a gênese social da sociologia do conhecimento repousa principalmente nesta última possibilidade.

Relacionismo. O que já foi dito deixaria dificilmente alguma dúvida sobre o que se tem em mente ao qualificar de "relacionais" os processos da sociologia do conhecimento. Quando o jovem camponês urbanizado considera "rústicas" certas opiniões políticas, filosóficas ou sociais mantidas pelos seus parentes, deixa de discutir essas opiniões como um participante homogêneo, isto é, tratando diretamente o conteúdo específico do que se diz. Em vez disso, relaciona as opiniões a certa forma de interpretação do mundo que, por sua vez, está relacionada em última análise com uma certa estrutura social que constitui a situação daquela. Este é um exemplo do processo "relacional". Veremos mais tarde que quando as afirmações são tratadas dessa maneira, tal coisa não quer dizer que sejam falsas. A sociologia do conhecimento só supera aquilo que muita gente faz hoje em dia com toda essa crueza, quando submete consciente e sistematicamente todos os fenômenos intelectuais, sem exceção, à pergunta: em conexão com que estrutura social surgiram e são válidos? Relacionar idéias particulares à estrutura total de um dado sujeito histórico-social não deveria ser confundido com um relativismo filosófico que nega a validade de quaisquer padrões e a existência de ordem no mundo. Assim como o fato de cada medida tomada no espaço depender da natureza da luz não implica que as nossas medições sejam arbitrárias, mas simplesmente que elas apenas são válidas em relação com a natureza da luz, também do mesmo modo não é o relativismo no sentido de arbitrariedade mas o *relacionismo* que se aplica às nossas discussões. *Relacionismo* não significa ausência de um critério de verdade e erro na

9) Karl Renner dá um bom exemplo disto em *Die Rechtsinstitute des Privatrechts* (J. C. B. Mohr., Tübingen, 1929).

discussão. Sustenta, porém, que está na natureza de certas afirmações o não poderem ser formuladas de maneira absoluta, mas sómente em função da perspectiva de uma dada situação.

Particularização. Uma vez descrito o processo relacional, tal como o concebe a sociologia do conhecimento, surge inevitavelmente a questão: que pode êle informar-nos sobre a validade de uma afirmação, além do que já saberíamos antes de poder relacioná-la à posição do assertor? Dizemos nós alguma coisa a respeito da verdade ou falsidade de uma afirmação quando mostramos que ela deve ser imputada ao liberalismo ou ao marxismo?

Três respostas podem ser dadas a esta pergunta:

(a) Pode-se dizer que a validade absoluta de uma afirmação é negada quando se mostra sua relação estrutural com uma dada situação social. Neste sentido, há na verdade uma corrente na sociologia do conhecimento e na teoria da ideologia que aceita a demonstração dessa espécie de relação como uma refutação da afirmação do antagonista e que se propõe usar êsse método como meio de aniquilar a validade de tôdas as asserções.

(b) Em oposição a esta, pode-se dar outra resposta, isto é, que as relações estabelecidas pela sociologia do conhecimento entre uma afirmação e o seu autor nada nos informam sobre a veridicidade da afirmação, visto que o modo por que se origina uma asserção não afeta a sua validade. O fato de uma asserção ser liberal ou conservadora, em si e por si mesmo, nada indica quanto à sua exatidão.

(c) Há uma terceira maneira possível de julgar do valor das afirmações emitidas pelo sociólogo do conhecimento, maneira essa que representa o nosso ponto de vista. Difere da primeira visão por mostrar que a simples demonstração e identificação concreta da posição social do assertor nada nos diz, por ora, sobre a veracidade da afirmação. Implica apenas a suspeita de que essa afirmação possa representar um simples ponto de vista parcial. Em contraste com a segunda alternativa, esta mantém que seria errôneo julgar que a sociologia do conhecimento não dá senão uma descrição das condições concretas em que se origina uma afirmação (gênese nos fatos). Tôda análise sociológica completa do conhecimento delimita, tanto no conteúdo como na estrutura, a visão a ser analisada. Em outras palavras, procura não simplesmente estabelecer a correlação mas ao mesmo tempo particularizar o seu alcance e grau de validade. As conseqüências disto serão expostas com maiores minúcias.

O que a sociologia do conhecimento pretende fazer com sua análise foi exposto com bastante clareza no nosso exemplo do jovem camponês. A descoberta e identificação de sua maneira anterior de pensar como "rural", em contraposição à "urbana", já envolve a intuição de que perspectivas diferentes não são apenas de índole particular pelo fato de pressuporem diversos âmbitos de visão e diversos setores da realidade total, mas também porque os interesses e poderes de percepção das diferentes perspectivas são condicionados pelas situações sociais em que surgiram e para as quais têm relevância.

Já neste plano, o processo relacional tende a tornar-se um processo particularizador, pois não só se relaciona a afirmação com a posição social mas, ao mesmo tempo, restringe-se a um âmbito mais limitado a sua pretensão de validade, que a princípio era absoluta.

Uma sociologia do conhecimento amplamente desenvolvida adota a mesma atitude que exemplificamos acima no caso do jovem camponês, com a exceção de seguir um método deliberado. Com o auxílio de uma análise metódica da perspectiva, a particularização adquire um instrumento orientador e um conjunto de critérios para tratar problemas de atribuição. O alcance e a inclusividade de cada um desses vários pontos de vista tornam-se mensuráveis e delimitáveis por meio do seu aparato categórico e da variedade de significados que cada um apresenta. A orientação para certos significados e valores que é inerente a uma dada posição social (a visão e a atitude condicionadas pelos propósitos coletivos de um grupo), bem como as razões concretas das diferenças de perspectiva que a mesma situação apresenta a posições diferentes, tornam-se assim ainda mais determináveis, inteligíveis e suscetíveis de estudo metódico graças ao aperfeiçoamento da sociologia do conhecimento ⁽¹⁰⁾.

Com o crescente apuro metodológico da sociologia do conhecimento, a determinação da particularidade de uma perspectiva torna-se um índice cultural e intelectual da posição do grupo em aprêço. Pela particularização, a sociologia do conhecimento avança mais um passo em relação à determinação original dos fatos a que se limita o mero relacionismo. Todo passo analítico dado dentro do espírito da sociologia do conhecimento chega a um ponto em que esta se tor-

10) Para maiores detalhes, veja-se o estudo da relação entre a teoria e a prática na Parte III, onde tratamos de fazer uma análise sociológica da perspectiva.

na mais do que uma descrição sociológica dos fatos, graças à qual vemos como certos pontos de vista derivaram de certos meios sociais. Converte-se também numa crítica, pela nova definição do âmbito e dos limites da perspectiva implícita em determinadas asserções. ~~As análises características da sociologia do conhecimento não são de modo algum, neste sentido, destituídas de importância para a determinação da veracidade de uma afirmação; mas, por outro lado, essas análises não revelam por si mesmas a verdade plena porque a simples delimitação das perspectivas não pode de modo algum substituir a discussão imediata e direta entre pontos de vista divergentes, ou o exame direto dos fatos.~~ A função das descobertas da sociologia do conhecimento situa-se, de maneira que até hoje não se chegou a compreender claramente, em algum lugar entre a inutilidade para o estabelecimento da verdade, por um lado, e condições inteiramente adequadas para determiná-la, por outro. Isso pode ser demonstrado por uma análise cuidadosa da intenção original das afirmações particulares da sociologia do conhecimento e pela natureza das suas descobertas. Uma análise baseada na sociologia do conhecimento é o primeiro passo preparatório no sentido de uma discussão direta, em uma época consciente da heterogeneidade dos seus interesses e da falta de unidade das suas bases de pensamento, época que procura alcançar essa unidade num nível mais alto.

B. AS CONSEQUÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

No parágrafo inicial deste capítulo afirmamos que era possível apresentar a sociologia do conhecimento como uma teoria empírica das verdadeiras relações do conhecimento com a situação social, sem levantar problemas epistemológicos. Nesta base, todos os problemas epistemológicos foram evitados ou relegados para o segundo plano. É possível tal restrição de nossa parte, e esse isolamento artificial de um conjunto de problemas puramente abstratos torna-se até desejável, enquanto a nossa finalidade fôr simplesmente a análise desinteressada de determinadas relações concretas, sem deformações oriundas de preconceitos teóricos. Mas, depois de estarem seguramente estabelecidas as relações fundamentais entre as situações sociais e as perspectivas correspondentes, não podemos deixar de nos dedicar à franca exploração dos juízos de valor que daí derivam. Qualquer pessoa capaz de sentir a conexão mútua de problemas que

inevitavelmente nascem da interpretação de dados empíricos, e que ao mesmo tempo não esteja cegada pela complexidade da especialização na cultura moderna, que muitas vêzes impede o ataque aos problemas, deve ter notado que os fatos apresentados na seção relativa à "Particularização", pela sua própria natureza são difíceis de aceitar como meros fatos. Transcendem o fato puro e exigem maior reflexão epistemológica. De um lado, temos êste fato simples: quando, mediante a sociologia do conhecimento, é apontada a relação entre uma afirmação e uma situação social, no próprio desígnio dêsse procedimento acha-se contida a tendência de "particularizar" a sua validade. Do ponto de vista fenomenológico, pode-se tomar conhecimento dêsse fato sem pôr em dúvida a pretensão de validade nêle implícita. Mas, por outro lado, êste outro fato de que a posição do observador influencia os resultados do pensamento, e o fato (intencionalmente tratado por nós com grande minúcia) de que a validade parcial de uma dada perspectiva é determinável com bastante exatidão, levam-nos tarde ou cedo a levantar a questão da importância epistemológica dêste problema.

O nosso argumento não é, pois, que a sociologia do conhecimento há de por sua própria natureza, suplantar a indagação epistemológica e noológica, mas antes que ela fêz certas descobertas cuja importância não se relaciona tão-sòmente com os fatos e que não podem ser tratadas de maneira adequada enquanto não forem revistos alguns dos conceitos e preconceitos da epistemologia contemporânea. No fato, pois, de atribuímos uma validade apenas parcial a certas afirmações, encontramos êsse novo elemento que nos compele a rever as pressuposições fundamentais da epistemologia de hoje. Tratamos aqui do caso em que a determinação pura de um fato (o da parcialidade de uma perspectiva, demonstrável em afirmações concretas) pode tornar-se importante para a determinação da validade de uma proposição, e em que a gênese de uma asserção pode dar origem a um significado (*wo eine Genesis Sinngenesis zu sein vermag*). Isto, no melhor dos casos, constitui obstáculo à criação de uma esfera de validade em que os critérios da verdade independem das origens.

Dentro dos postulados dominantes da filosofia contemporânea será impossível utilizar na epistemologia esta nova compreensão, porque a teoria moderna do conhecimento baseia-se na suposição de que a simples descoberta de fatos não tem importância para a validade. Sob as sanções dêsse artigo de fé, todo enriquecimento do saber nascido de uma

pesquisa concreta que — encarado de um ponto de vista mais amplo — ouse entrar em considerações mais fundamentais, é estigmatizado com o termo “sociologismo”. Uma vez resolvido e elevado ao plano do *a priori* que do domínio dos fatos empíricos nada pode provir de importante para a validade das afirmações, tornamo-nos cegos para a observação de que êsse próprio princípio *a priori* foi, originalmente, a concretização prematura de uma relação de fato derivada de um tipo particular de afirmação e convertida com excessiva pressa em axioma epistemológico. Com a paz interior estabelecida pelo princípio *a priori* de que a epistemologia é independente das ciências especiais “empíricas”, o espírito fecha-se definitivamente à compreensão que um empirismo lato lhe poderia trazer. O resultado é que não se consegue perceber que essa teoria de auto-suficiência, êsse ato de autoconservação, não desempenha outro papel senão o de baluarte para um certo tipo de epistemologia acadêmica que, nos seus últimos estádios, procura salvaguardar-se do colapso que poderia advir-lhe de um empirismo mais desenvolvido. Os adeptos do antigo ponto de vista esquecem que estão perpetuando dessa maneira e salvaguardando-a de uma revisão por parte das ciências especiais, não a epistemologia como tal, mas antes um tipo específico de epistemologia, cujo caráter de unicidade consiste apenas no fato de já ter estado em conflito com um estádio anterior de um empirismo mais estreitamente concebido. Estabilizou então o conceito de conhecimento que derivava simplesmente de um segmento particular da realidade e representava apenas uma das muitas variedades possíveis de conhecimento.

A fim de descobrir aonde nos pode levar a sociologia do conhecimento, devemos penetrar mais uma vez no problema da alegada primazia da epistemologia sobre as ciências especiais. Tendo iniciado o problema por um exame crítico, estaremos em condições de formular, pelo menos em linhas gerais, uma apresentação positiva da epistemologia já implícita no próprio problema da sociologia do conhecimento. Em primeiro lugar precisamos aduzir os argumentos que solapam ou, pelo menos, põem em dúvida a autonomia absoluta e a primazia da epistemologia em face das ciências especiais.

Epistemologia e ciências especiais. Há uma dupla relação entre a epistemologia e as ciências especiais. De acôrdo com as suas aspirações construtivas, aquela é fundamental a tôdas estas ciências, visto que supre as justificações básicas de todos os tipos de conhecimento e os conceitos de

verdade e exatidão em que se baseiam as outras nos seus métodos concretos de estudo e que afetam suas descobertas. Isto, porém, não altera o fato de ser cada teoria do conhecimento, por sua vez, influenciada pela forma que assumem as ciências da época, e só da qual pode ela obter a sua concepção da natureza do conhecimento. Em princípio, sem dúvida, pretende ela ser a base de toda a ciência, mas na realidade é determinada pela condição da ciência em qualquer momento dado. O problema torna-se, assim, mais difícil porque os próprios princípios à luz dos quais cumpre criticar o conhecimento também mostram ser social e historicamente condicionados. Por este motivo, a sua aplicação parece limitar-se a dados períodos históricos e aos tipos particulares de conhecimento que nêles predominam.

Uma vez reconhecidas claramente essas correlações, não é mais sustentável a crença de que a epistemologia e a noologia, devido à sua justificável aspiração de exercer um papel fundamental, devem desenvolver-se de maneira autônoma e independente do progresso das ciências especiais e não estão sujeitas a modificações básicas por parte destas. Conseqüentemente, somos forçados a reconhecer que um desenvolvimento sadio da epistemologia e da noologia só será possível se concebermos da seguinte forma a sua relação com as ciências especiais:

Em última análise, as novas formas de conhecimento nascem das condições de vida coletiva e o seu aparecimento não depende da demonstração prévia de sua possibilidade por uma teoria do conhecimento; não necessitam, pois, de ser legitimadas de antemão por uma epistemologia. Na realidade, a relação inversa é que se verifica: o desenvolvimento das teorias sobre o conhecimento científico nasce da preocupação com os dados empíricos e aquelas acompanham o destino desta. As revoluções da metodologia e da epistemologia sempre são conseqüências e ecos das revoluções verificadas nos métodos empíricos imediatos de aquisição de conhecimento. Só pelo recurso constante aos processos das ciências empíricas especiais podem os fundamentos epistemológicos tornar-se suficientemente flexíveis e extensos, não só para sancionar as aspirações das formas mais antigas de conhecimento (sua finalidade original), mas também para servir de apoio às novas formas. Esta situação peculiar é característica de todas as disciplinas teóricas e filosóficas. Sua estrutura é mais claramente perceptível na filosofia do direito, que se presume julgadora e crítica do direito positivo, mas que, na realidade, não passa na maioria dos casos

de uma formulação e justificação *post facto* dos princípios dêsse direito. //

Ao dizer isto, não pretendemos negar a importância da epistemologia ou da filosofia como tais. As pesquisas básicas por elas empreendidas são indispensáveis e na verdade, para atacar a epistemologia e a filosofia no terreno teórico, não é possível evitar o emprêgo de princípios teóricos. Um ataque dêsse gênero seria, naturalmente, uma especulação filosófica na medida em que penetrasse questões fundamentais. A cada forma concreta de conhecimento corresponde um fundamento teórico. Esta função básica da teoria, que importa compreender num sentido estrutural, nunca deve ser desvirtuada para conferir uma certeza *a priori* a descobertas particulares. Se fôr assim mal empregada, impedirá o progresso da ciência e fará com que os pontos de vista derivados de observações empíricas sejam suplantados por certezas *a priori*. Os erros e a parcialidade nas bases teóricas da ciência devem ser continuamente revistos à luz dos progressos verificados nas próprias atividades científicas imediatas. Não se deve permitir que a luz lançada pelos novos conhecimentos concretos sobre os fundamentos teóricos seja obscurecida pelos obstáculos, que a teoria pessa levantar ao pensamento. Mediante o processo particularizador da sociologia do conhecimento, descobrimos que a velha epistemologia está correlacionada com uma forma particular de pensamento. Temos aqui um exemplo da possibilidade de estender o nosso campo de visão, permitindo que fatos empíricos recentemente descobertos lancem nova luz sobre os nossos princípios teóricos. Dessa forma, somos implicitamente solicitados a encontrar um fundamento epistemológico apropriado a essas formas de pensamento mais variadas. Além disso, temos de encontrar, se possível, uma base teórica a que se possam subordinar tôdas as formas de pensamento que logramos estabelecer no curso da história. Podemos agora examinar dentro de que limites é verdadeira a afirmação de que as epistemologias e noologias até hoje dominantes fornecem apenas o fundamento particular de um único tipo de conhecimento.

3. A DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA PARCIAL DA EPISTEMOLOGIA TRADICIONAL.

(a) *A orientação para a ciência natural como modelo de pensamento.* A particularidade da teoria do conhecimen-

to que predomina hoje em dia torna-se, agora, claramente demonstrável pelo fato de terem sido escolhidas as ciências naturais como ideal a que todo conhecimento deve aspirar. É apenas por ser a ciência natural, especialmente nas suas fases quantificáveis, em grande parte separável da perspectiva histórico-social do investigador, que o ideal do verdadeiro conhecimento foi interpretado de tal forma que todas as tentativas de alcançar um tipo de conhecimento com vistas na compreensão da qualidade são consideradas métodos de inferior valia. Sim, porque a qualidade contém elementos mais ou menos entrelaçados com a concepção do mundo do sujeito cognoscente. Num momento em que as forças histórico-sociais colocam no centro da arena outros tipos de conhecimento, torna-se necessário proceder a uma revisão das velhas premissas que tinham sido, senão exclusivamente, pelo menos em grande parte formuladas com vistas na compreensão e justificação das ciências naturais. Assim como Kant lançou uma vez os fundamentos da epistemologia moderna indagando a respeito das ciências naturais já existentes: "Como são possíveis?" — também hoje em dia devemos fazer a mesma pergunta em relação ao tipo de conhecimento que procura a compreensão qualitativa e que tende, pelo menos, a afetar todo o assunto. Devemos perguntar ainda como e em que sentido podemos chegar à verdade através desse tipo de pensamento.

(b) *Relação entre critérios de verdade e situação histórico-social.* Deparamos aqui com uma conexão ainda mais profunda entre a epistemologia nas suas variedades históricas concretas e a correspondente "situação existencial". A teoria do conhecimento vai buscar nas condições concretas do conhecimento de um período (e, portanto, de uma sociedade) não só o seu ideal do que deve ser o conhecimento concreto mas também a concepção utópica da verdade em geral, como por exemplo, sob a forma da construção utópica de uma esfera da "verdade em si".

As possíveis utopias e imagens desiderativas de uma época, como concepções daquilo que ainda não é real, são orientadas sobre o que já se realizou na época presente (e não, por conseguinte, fantasias fortuitas e indeterminadas, os frutos da inspiração). Da mesma forma, o padrão utópico de exatidão, a idéia de verdade, surgem dos modos concretos de obtenção de conhecimento que prevalecem em certa época. Assim, o conceito de verdade não permaneceu constante através de todos os tempos, mas foi envolvido no

processo de transformação histórica. A fisionomia exata do conceito de verdade em determinada época não é um fenómeno fortuito. Pelo contrário, existe uma chave para a interpretação do conceito de verdade dessa época nas formas representativas de pensamento e em sua estrutura, a partir da qual se constrói uma concepção relativa à natureza da verdade em geral.

Vemos, pois, que não só a idéia de conhecimento em geral depende da forma de conhecimento que predomina nas investigações concretas, bem como das maneiras de conhecer que nessa forma se expressam e são aceitas como ideais, mas também que o próprio conceito de verdade depende dos tipos de conhecimento já existentes. Assim, com base nessas fases intermédias, existe um nexó fundamental, embora não muito visível, entre a epistemologia, as formas dominantes de conhecimento, e a situação geral sócio-intelectual de uma época. Desta maneira a sociologia do conhecimento, em um ponto dado, graças à sua análise efetuada por meio do método de particularização, também penetra o domínio da epistemologia, onde resolve o possível conflito entre as várias epistemologias concebendo cada uma delas como subestrutura teórica apropriada unicamente a uma dada forma de conhecimento. A solução final do problema apresenta-se de tal maneira que só depois de justapostas as diferentes formas de conhecimento e suas respectivas epistemologias poder-se-á construir uma epistemologia mais fundamental e inclusiva.

4. O PAPEL POSITIVO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

Uma vez alcançada a conclusão de que, embora a epistemologia seja a base de tôdas as ciências empíricas, ela só pode deduzir os seus princípios de dados fornecidos por estas, e depois de compreendermos, ademais, a profunda influência que sôbre a epistemologia tem exercido o ideal das ciências exatas, torna-se evidente o nosso dever de indagar como se colocará o problema quando levarmos outras ciências em consideração. Isto sugere os seguintes argumentos:

Revisão da tese de que a gênese de uma proposição não influi, em quaisquer circunstâncias, sôbre a sua veracidade. O abrupto e absoluto dualismo entre "validade" e "existência", entre "existência" e "significado", entre "essência" e "fato", é, como já foi apontado muitas vêzes, um dos axiomas da epistemologia e da noologia "idealistas" hoje pre-

dominantes. É considerado inexpugnável e constitui o obstáculo mais imediato à utilização despreconcebida das descobertas da sociologia do conhecimento.

Com efeito, se submetemos a exame o tipo de conhecimento representado pelo exemplo $2 \times 2 = 4$, a exatidão desta tese ficará satisfatoriamente demonstrada. Quanto a este tipo de conhecimento, é verdadeira a afirmação de que a sua gênese não interfere nos resultados do pensamento. Daí a construir uma esfera da verdade em si, de maneira que independa por completo do sujeito cognoscente, há apenas um passo. Mais ainda, essa teoria de que a verdade contida numa afirmação é separável das condições da sua origem teve grande valor na luta contra o psicologismo, pois só com o seu auxílio era possível separar o conhecido do ato cognitivo. O preceito de que se deve manter a gênese de uma idéia separada do seu significado também se aplica ao domínio da psicologia explicativa. Foi só porque neste domínio era possível demonstrar, em certos casos, que os processos psicológicos que geram significados não têm importância para a validade destes, que essa afirmação foi legitimamente incorporada às verdades da noologia e da epistemologia. Entre as leis do mecanismo de associação, por exemplo, e o juízo a que conduz esse mecanismo, existe uma brecha, e isto torna plausível para uma gênese de tal sorte não contribuir em absoluto para a avaliação do significado. Existem, entretanto, tipos de gênese que não são destituídos de significado e cujas peculiaridades nunca foram analisadas até hoje. Assim, por exemplo, a relação entre a posição existencial e o ponto de vista correspondente pode ser considerada como de índole genética, mas num sentido diverso do anteriormente usado. Também neste caso está envolvida a questão da gênese, visto não haver dúvida que estamos tratando aqui com as condições de aparecimento e existência de uma afirmação. Quando falamos na "posição que está na base de um ponto de vista", temos em mente um complexo de condições de aparecimento e existência que determinam a natureza e o desenvolvimento de uma asserção. Mas estaríamos caracterizando erroneamente a situação existencial do assertor se deixássemos de levar em conta a sua importância para a validade da asserção. Uma posição na estrutura social traz consigo, como vimos, a probabilidade de que aquele que a ocupa pense de um modo determinado. Significa existência orientada com referência a certos significados (*Sinnausgerichtetes Sein*). A posição social não pode ser descrita em termos vazios de sentido social, como,

por exemplo, pela simples designação cronológica. 1789, como data cronológica, é completamente destituído de significação. Como indicação histórica, porém, essa data designa um conjunto de acontecimentos sociais significativos que, por si mesmos, delimitam o âmbito de um certo tipo de experiências, conflitos, atitudes e idéias. A posição histórico-social só pode ser caracterizada de forma adequada por meio de designações significativas (como, por exemplo, "posição liberal", "condições proletárias de existência" etc.). A "existência social" é, pois, uma área ou esfera de existência não levada em consideração pela ontologia ortodoxa, que só reconhece o dualismo absoluto entre o significado, por um lado, e a ausência de significado, por outro (11). Uma gênese desta espécie poderia ser caracterizada pela denominação de "gênese significativa" (*Sinn genesis*), em contraste com a "gênese de fato" (*Faktizitätsgenesis*). Se se tivesse em mente um modelo deste gênero ao estabelecer a relação entre o ser e o significado, a dualidade do ser e da validade não teria assumido um caráter absoluto na epistemologia e na noologia. Haveria, ao invés, uma série de gradações entre esses dois pólos, na qual teriam lugar casos intermédios como "ser investido de significado" e "ser orientado para um significado", que se incorporariam na concepção fundamental.

A tarefa seguinte da epistemologia, na nossa opinião, é superar a sua própria natureza parcial incorporando-se na multiplicidade de correlações entre a existência e a validade (*Sein und Geltung*), segundo são descobertas pela sociologia do conhecimento, e prestar atenção aos tipos de conhecimento que operam numa região da existência que é cheia de significado e afeta a veracidade das asserções. Com isso a epistemologia não é suplantada pela sociologia do conhecimento, mas surge a necessidade de uma nova epistemologia que leve em conta os fatos trazidos à luz por esta.

Outras conseqüências da sociologia do conhecimento para a epistemologia. Depois de observarmos que a maioria dos axiomas da epistemologia e da noologia predominantes foram tomados às ciências naturais quantificáveis e são, por assim dizer, meras extensões das tendências singularmente características dessa forma de conhecimento, torna-se claro que o problema noológico deve ser reformulado com referên-

11) Veja-se o ensaio já mencionado, "Ideologische und soziologische Interpretation geistiger Gebilde", loc. cit.

cia ao contramodêlo de variedades de conhecimento mais ou menos determinadas existencialmente. Procuraremos agora, em poucas palavras, expor a nova formulação do problema, considerada necessária depois de têmos reconhecido o caráter parcial da velha noologia.

A descoberta do elemento ativo no conhecimento. O fato de que conhecer, no conceito "idealista" do conhecimento, é em grande parte encarado como um ato puramente "teórico", no sentido da percepção pura, tem sua origem, além da já mencionada orientação para os modelos matemáticos, no ideal filosófico de "vida contemplativa" que constitui a base dessa epistemologia. Não podemos ocupar-nos aqui com a história desse ideal ou com o modo por que a concepção puramente contemplativa do conhecimento penetrou inicialmente na epistemologia. (Isso exigiria um exame da pré-história da lógica científica e do desenvolvimento do filósofo a partir do profeta, de quem aquêle recebeu o ideal da "visão mística".) É-nos suficiente acentuar que essa grande estima para com a percepção contemplativa não resulta da contemplação "pura" do ato de pensar e conhecer, mas de uma hierarquia de valores baseada em certa filosofia da vida. A filosofia idealista, que representa essa tradição, insistia em que o conhecimento só é puro quando puramente teórico. A filosofia idealista não foi subvertida pela descoberta de que o tipo de conhecimento representado pela teoria pura é apenas um pequeno setor do conhecimento humano, de que pode haver conhecimento quando os homens estejam também agindo enquanto pensam, e finalmente, de que, em certos campos, o conhecimento só surge na medida em que êle próprio é ação, isto é, quando a ação é impregnada pela intenção do espírito, no sentido de que os conceitos e o equipamento total do pensamento são dominados por essa orientação ativa e a refletem. O que revela a riqueza qualitativa do mundo, em certos domínios, não é o propósito acrescentado à percepção, mas o propósito *na* percepção. Também o fato, demonstrável de maneira fenomenológica, de que nestes campos a gênese ativista penetra a estrutura da perspectiva e não é separável dela, não impediu que as velhas epistemologia e noologia negligenciassem êsse tipo de conhecimento, que está integrado com a ação, ou de encará-lo apenas como uma forma "impura" de conhecimento. (É interessante notar que as conotações da expressão "conhecimento puro" parecem sugerir a origem mágica do termo.) Doravante, o problema não consiste em rejeitar des-

de o comêço êsse tipo de conhecimento, mas em considerar a maneira pela qual o conceito de conhecimento deve ser reformulado para que tenhamos conhecimento mesmo quando o processo envolva a ação intencional. Essa nova formulação do problema noológico não tem em vista abrir as portas da ciência à propaganda e aos juízos de valor. Pelo contrário, quando falamos da intenção fundamental do espírito (*intentio animi*) que é inerente a tóda forma de conhecimento e afeta a perspectiva, referimo-nos ao resíduo insolúvel de elemento intencional no conhecimento, que persiste mesmo após terem sido eliminadas tódas as parcialidades e juízos de valor conscientes e explícitos. É evidente que a ciência (na medida em que está isenta de juízos de valor) não é uma tática de propaganda e não existe com o fim de comunicar juízos de valor, e sim para a determinação dos fatos. O que a sociologia do conhecimento procura revelar é apenas que, depois de ter-se libertado o conhecimento dos elementos de propaganda e avaliação, ainda contém um elemento ativista que, em geral, não se tornou explícito e que não pode ser eliminado mas que, na melhor das hipóteses, pode e deve ser elevado à esfera do controlável.

O elemento essencialmente perspectivista em certos tipos de conhecimento. O segundo ponto de que precisamos capacitar-nos é que, em certas áreas de conhecimento histórico-social, deveria ser considerado justo e inevitável que uma dada descoberta contivesse traços da posição do indivíduo cognoscente. O problema não está em procurar ocultar essas perspectivas ou em reconhecê-las como uma culpa, mas em indagar como, admitida a sua existência, ainda são possíveis o conhecimento e a objetividade. Não é uma fonte de erro que, no quadro visual de um objeto situado no espaço, sòmente possamos, dentro da natureza do caso, obter dêle uma visão de perspectiva. O problema não é o de alcançar um quadro não perspectivista mas, pela justaposição dos vários pontos de vista, fazer com que cada perspectiva possa ser reconhecida como tal e dêsse modo alcançar um novo nível de objetividade. Chegamos assim ao ponto em que o falso ideal de um ponto de vista desprendido e impessoal deve ser substituído pelo ideal de um ponto de vista essencialmente humano, situado dentro dos limites de uma perspectiva humana e em luta constante por se ampliar.

O problema da esfera da verdade em si. Examinando-se a filosofia da vida que fornece a base da epistemologia e

noologia idealista, tornou-se claro que a idéia de um domínio da verdade em si (a qual, por assim dizer, preexiste independentemente do ato histórico-psicológico do pensamento, e em que todo ato concreto de conhecimento não faz mais que participar) é o último rebento de uma visão dualista do mundo que, ao lado do nosso mundo de acontecimentos concretos e imediatos, criou um segundo mundo acrescentando outra dimensão ao ser.

O estabelecimento de uma esfera de verdade válida por si mesma (consequência da doutrina das idéias) tem por fim realizar com o ato do conhecimento o mesmo que a idéia do além ou do transcendental fez à metafísica dualista no domínio da ontologia, isto é: pressupor uma esfera de perfeição que não traga os estigmas de sua origem e tal que todos os acontecimentos e processos, aferidos por ela, mostrem ser finitos e incompletos. Além disso, assim como nessa metafísica espiritualista extrema a qualidade de "ser humano" era concebida como "ser apenas humano", — despojado de tudo quanto há de vital, corpóreo, histórico ou social — também se tentou formar uma concepção do conhecimento em que êsses elementos humanos ficariam soterrados. É necessário levantar repetidamente a questão sobre se podemos imaginar o conceito do conhecimento sem levar em conta todo o complexo de traços que caracterizam o homem e de como, sem essas pressuposições, podemos pensar sequer no conceito do conhecimento, para não falar já em nos abalancarmos ao próprio ato de conhecer.

No campo da ontologia, nos tempos modernos, essa visão dualista (surgida com o fim de provar a natureza inadequada "dêste" mundo) foi, além disso, gradualmente abandonada no curso da investigação empírica. Na noologia e epistemologia, porém, é ainda uma força. Mas, visto como aqui as pressuposições básicas do campo da teoria da ciência não são tão transparentes, julgou-se que êsse ideal de uma esfera de validade supra-humana e supratemporal não fôsse uma construção possível surgida da visão do mundo de cada um, mas um dado essencial e um requisito prévio da interpretação do fenômeno do "pensar". Nossa discussão, aqui, pretende demonstrar que, do ponto de vista da fenomenologia do pensamento, não há necessidade de encarar o conhecimento como se fôsse uma intrusão da esfera dos acontecimentos reais na esfera da "verdade em si". Uma tal interpretação tem, na melhor das hipóteses, um valor eurístico para as formas de pensamento representadas pelo exemplo $2 \times 2 = 4$. Nossas reflexões aspiram, pelo contrá-

rio, a demonstrar que o problema do conhecimento se torna mais inteligível quando nos atemos rigorosamente aos dados apresentados pelo pensamento real, concreto, que desenvolvemos neste mundo (a qual é a única forma de pensamento que conhecemos e é independente dessa esfera ideal) e aceitamos o fenômeno do conhecer como ato de um ser vivente. Em outras palavras, a sociologia do conhecimento considera o ato cognitivo em relação com os modelos a que êle aspira, tanto na sua qualidade existencial como na significativa, não como uma intuição de verdades "eternas", surgida de um anseio puramente teórico e contemplativo, ou como uma espécie de participação nessas verdades (como ainda pensou Scheler), mas como um instrumento para tratar situações de vida, pôsto à disposição de certa espécie de ser vivo, dentro de certas condições de vida. Todos êsses três fatores, a natureza e a estrutura do processo de encarar situações de vida, a própria formação do sujeito (tanto no seu aspecto biológico como no histórico-social) e a peculiaridade das condições de vida, especialmente o lugar e a posição do sujeito pensante — tudo isso influencia os resultados do pensamento. Mas condiciona também o ideal de verdade que êste ser vivente é capaz de construir com os produtos do pensamento.

A concepção do conhecimento como ato intelectual que, por conseguinte, só é completo quando já não traz vestígios da sua origem humana, tem, como já indicamos, o seu maior valor eurístico naqueles domínios em que, como no exemplo $2 \times 2 = 4$, se pode demonstrar de maneira fenomenológica, com maior ou menor justificação, a existência real das características acima mencionadas. Ela é enganosa, contudo, e tende a obscurecer fenômenos fundamentais, naqueles domínios mais amplos do cognoscível em que os resultados do pensamento são completamente desvirtuados quando esquecemos o elemento humano histórico.

Sòmente as provas fenomenológicas derivadas dos modelos de pensamento existentes podem ser usadas como argumentos pró ou contra certos conceitos envolvidos no conhecimento. Os motivos disfarçados, provenientes de uma determinada visão do mundo, não têm relação com o assunto. Não há razão para mantermos em nossa noologia o desdém às coisas corpóreas, sensoriais, temporais, dinâmicas e sociais que caracterizam o tipo de ser humano pressuposto pela filosofia "idealista". No momento atual, encontram-se frente a frente dois tipos de conhecimento revestidos de significação representativa e, correspondendo a êles, duas possibilidades de explicação epistemológica e noológica do co-

rhecimento. Por ora, seria bom conservar separados êsses dois métodos, acentuando as diferenças entre êles ao invés de procurar diminuí-las. Sòmente pelo método de tentativas e erros se evidenciará qual dessas bases de interpretação é mais sólida e se nós fazemos algum progresso quando, a exemplo do que se tem feito até aqui, tomamos como ponto de partida o tipo de conhecimento independente da situação, tratando como secundário e sem importância o situacionalmente condicionado, ou quando, pelo contrário, consideramos aquêle como um caso marginal e especial dêste.

Se investigássemos quais as orientações possíveis da epistemologia, no caso de seguir esta o modelo de pensamento mencionado por último e reconhecer a "determinação situacional" inerente a certos tipos de conhecimento, tomando-a como base para as suas futuras reflexões, teríamos diante de nós duas alternativas possíveis. Cabe em primeiro lugar ao cientista, neste caso, a tarefa de tornar explícitas as possibilidades de novas inferências do seu problema e apontar tôdas as eventualidades que talvez possam aparecer no seu campo de visão. Deveria contentar-se de afirmar apenas aquilo que, no seu grau atual de penetração do problema, êle pode determinar honestamente. A função do sujeito pensante não é emitir juízos a todo custo quando se lhe depara um novo problema, mas, ao contrário, perfeitamente còncio de que a pesquisa ainda está em andamento, afirmar apenas aquilo que se tornou claramente perceptível. Uma vez chegado a êste ponto, tem duas alternativas a escolher.

As duas direções da epistemologia. Uma das duas direções seguidas pela epistemologia acentua a predominância da determinação situacional, mantendo a inerradicabilidade dêsse elemento no curso progressivo do conhecimento social, donde se segue a constante possibilidade de que o nosso próprio ponto de vista seja peculiar à nossa posição. Isto exigiria uma revisão da base teórica do conhecimento pelo estabelecimento da tese da estrutura relacional inerente ao conhecimento humano (do mesmo modo que se admite sem discussão a natureza essencialmente perspectivista dos objetos percebidos pelo sentido da visão).

Esta solução não implica em renunciar ao postulado da objetividade e à possibilidade de chegar a decisões em disputas de fato. Não envolve, tampouco, a aceitação de um ilusionismo segundo o qual tudo é aparência e nada se pode decidir. Significa, ao contrário, que essa objetividade e essa competência para chegar a decisões só podem ser alcançadas

por meios indiretos. Não pretende afirmar que os objetos não existem ou que a confiança na observação seja inútil e improdutiva, mas sim que as respostas que obtemos para as perguntas feitas à matéria em exame são em certos casos, de acôrdo com a natureza das coisas, possíveis somente dentro dos limites da perspectiva do observador. Mesmo aqui, o resultado não é o relativismo, no sentido de que uma observação é tão boa como outra qualquer. O relacionismo, no sentido em que empregamos o termo, sustenta que toda afirmação só pode ser formulada relacionalmente. Só se torna relativismo quando aliado ao velho ideal estático das verdades eternas, não perspectivistas, independentes da experiência subjetiva do observador, e quando julgado por êsse ideal de verdade absoluta, que lhe é estranho.

No caso do pensamento situacionalmente condicionado, a objetividade vem a significar algo inteiramente novo e diferente: (a) há, em primeiro lugar, o fato de que, na medida em que observadores diferentes se encontram imersos num mesmo sistema, êles — com base na identidade do seu equipamento conceitual e categórico, e graças ao campo comum de discurso por êste criado — chegarão a resultados semelhantes e estarão em condições de arrancar pela raiz, como errôneo, tudo que se desviar dessa unanimidade; (b) recentemente, tem-se reconhecido que quando os observadores têm diferentes perspectivas a "objetividade" só é alcançável por vias mais indiretas. Em tal caso, aquilo que foi percebido de maneira correta, mas diferente, pelas duas perspectivas, deve ser compreendido à luz das diferenças de estrutura dessas várias formas de percepção. Cumpre fazer um esforço para encontrar uma fórmula capaz de traduzir os resultados de uma delas nos da outra, assim como para descobrir um denominador comum para essas variadas percepções perspectivistas. Uma vez encontrado tal denominador comum, é possível separar as necessárias diferenças dos dois pontos de vista dos elementos falsos e arbitrariamente concebidos, que também aqui devem ser considerados como erros.

A controvérsia em tôrno de objetos perceptíveis pela visão (que, no caso, só podem ser considerados em perspectiva) não se resolve pelo estabelecimento de uma visão sem perspectiva (o que é impossível). Resolve-se, antes, pela compreensão, à luz da nossa própria visão situacionalmente determinada, de como o objeto aparece diferentemente a uma pessoa em posição diferente. Da mesma forma, também no nosso campo, a objetividade se obtém pela tradução de uma

perspectiva em termos de outra. É natural que perguntemos aqui qual dos vários pontos de vista é o melhor. E também para isso há um critério. Como no caso da perspectiva visual, em que certas posições têm a vantagem de revelar os traços decisivos do objeto, também aqui se dá preeminência à perspectiva que mostra maior amplitude e maior fecundidade ao tratar com o material empírico.

2 A teoria do conhecimento também pode tomar um segundo rumo, acentuando os fatos seguintes: O impulso à pesquisa, na sociologia do conhecimento, pode ser orientado de maneira que não torne absoluto o conceito de "determinação situacional" ao contrário pode-se dirigi-lo de modo que, precisamente pela descoberta do elemento de determinação situacional nos pontos de vista em jôgo, seja possível dar o primeiro passo no sentido da solução do próprio problema da determinação situacional. Logo que identifico como representando apenas uma visão parcial um ponto de vista que se apresentava como absoluto, neutralizo de certo modo a sua natureza parcial. Em sua maior parte, a nossa discussão anterior deste problema encaminhava-se espontaneamente no sentido da neutralização da determinação situacional pela tentativa de se elevar acima dela. A idéia da base do conhecimento a ampliar-se constantemente, a idéia da extensão contínua do eu e da integração dos vários pontos de vista sociais no processo do conhecimento (observações tôdas elas baseadas em fatos empíricos) e a idéia de uma ontologia universal a ser descoberta — tudo isso tende na mesma direção. Essa tendência da história intelectual e social está intimamente relacionada com os processos de contacto e interpenetração de grupos. No seu estágio inicial, essa tendência neutraliza os vários pontos de vista em conflito (isto é, despoja-os do seu caráter absoluto); no segundo estágio, faz nascer dessa neutralização uma base de visão mais ampla e profícua. É interessante notar que a construção de uma base mais ampla está ligada a um grau mais elevado de abstração e tende, em escala crescente, a formalizar os fenômenos com que nos ocupamos. Essa tendência formalizadora consiste em relegar a uma posição subordinada a análise das afirmações qualitativas concretas que conduzem a uma determinada direção e em substituir a descrição qualitativa e configurativa dos fenômenos por uma concepção puramente funcional, calcada sobre um padrão puramente mecânico. Esta teoria de abstração crescente será designada como a teoria da gênese social da abstração. De acordo com esta derivação sociológica da abstração (que é clara-

mente observável no próprio aparecimento do ponto de vista sociológico), a ~~tendência para um estágio mais elevado de abstração é fenômeno concomitante da amalgamação dos grupos sociais.~~ Encontra-se a confirmação deste ponto no fato de que a capacidade de abstração, em indivíduos e grupos, cresce na medida em que eles fazem parte de grupos e organizações heterogêneas, em unidades coletivas mais amplas, capazes de absorver os grupos locais e particulares. Mas essa tendência para a abstração em nível mais alto ainda está de acordo com a teoria da determinação situacional do pensamento, pela razão de que o sujeito que se lança a tal tipo de pensamento não é, de forma alguma, um "espírito em si", absolutamente autônomo, mas antes um sujeito cada vez mais inclusivo, o qual neutraliza os anteriores pontos de vista particulares e concretos.

Tôdas as categorias legitimamente estabelecidas pela sociologia formal são produtos dessa operação neutralizadora e formalizadora. A conclusão lógica dessa atitude é que ela acaba por ver apenas um mecanismo formal em ação. Assim, para citarmos um exemplo tirado da sociologia formal, a dominação é uma categoria que só pode ser abstraída das posições concretas das pessoas envolvidas (isto é, o dominador e o dominado), porque se contenta em acentuar a relação estrutural (o mecanismo, por assim dizer) do comportamento envolvido no processo de interação. Ela o faz manejando conceitos tais como subordinação e superordenação, força, obediência, sujeitabilidade etc. O conteúdo qualitativo da dominação *in concreto* (o qual apresentaria imediatamente a "dominação" dentro de um encaixe histórico) não é acessível por meio dessa fórmula e só poderia ser retratado com fidelidade se tanto o dominado como o dominador relatassem quais foram, realmente, as suas experiências nas situações em que vivem. Sim, porque nem mesmo as definições formais que descobrimos flutuam no ar, sem apoio; pelo contrário, originam-se dos problemas concretos de uma situação. Neste ponto surge a idéia — que, naturalmente, requer uma verificação pormenorizada — de que o problema do perspectivismo diz respeito, primariamente, ao aspecto qualitativo dos fenômenos. Como, entretanto, o conteúdo dos fenômenos sócio-intelectuais é antes de tudo significativo, e como o significado é percebido em atos de compreensão e interpretação, podemos dizer que o problema do perspectivismo na sociologia do conhecimento se refere, em primeiro lugar, àquilo que é compreensível nos fenômenos sociais. Com isto, porém, não estamos de modo algum demarcando

um domínio estreitamente circunscrito. Os fatos mais elementares da esfera social ultrapassam em complexidade as relações puramente formais e só podem ser compreendidos com referência aos seus conteúdos qualitativos e aos seus significados. Em resumo, o problema de interpretação é um problema fundamental.

Mesmo quando a formalização tenha chegado ao máximo e só nos ocupemos com simples relações, por assim dizer, ainda resta um mínimo de indícios sobre a direção geral dos interesses do investigador, os quais não puderam ser inteiramente eliminados. Quando Max Weber, por exemplo, ao classificar os tipos de conduta, distinguiu entre a conduta "racional-intencional" e a "tradicional", estava ainda expressando a situação de uma geração em que um grupo descobrira as tendências racionalistas do capitalismo e dera ênfase valorativa a essas tendências, enquanto que outro grupo, impelido por motivos políticos demonstráveis, descobrira o significado da tradição e acentuara-o, antepondo-o às primeiras. O próprio interesse pelo problema de uma tipologia da conduta nasce de uma situação social particular. E, quando verificamos que exatamente êsses tipos de comportamento foram selecionados e formalizados precisamente nessa direção, devemos buscar a origem dessa tendência para a abstração, na situação concreta da época que se preocupou com o fenômeno da conduta visto por êsse ângulo. Se outra época houvesse empreendido a sistematização formal dos tipos de comportamento, teria sem dúvida chegado a uma tipologia bem diversa. Em outra situação histórica, abstrações diferentes teriam sido encontradas e isoladas do complexo total dos acontecimentos. A nosso ver a sociologia do conhecimento, em virtude das suas premissas, não precisa negar a existência ou a possibilidade do pensamento formalizado e abstrato. Basta-lhe apenas mostrar que, também a este respeito, o pensamento não independe da "existência", pois não se trata de um sujeito supra-social e supra-humano que se esteja expressando nesta tipologia por meio de categorias "em si". Pelo contrário, as neutralizações das diferenças qualitativas dos vários pontos de vista, surgidas em certas situações definidas, resultam num plano de orientação que só permite a certos componentes formais e estruturais dos fenômenos aparecerem no primeiro plano da experiência e do pensamento. De uma forma rudimentar, êsse processo já é observável nas regras de etiqueta e intercuro social que surgem espontaneamente do contacto entre grupos diferentes. Aí também, quanto mais superficial o con-

tacto, menor o interêsse pela compreensão qualitativa das relações mútuas, as quais são formalizadas a tal ponto que se tornam uma "categoria sociológica formal", indicando, por assim dizer, apenas o papel específico da relação. A outra pessoa é considerada meramente como "embaixador", "forasteiro" ou "condutor de trem". No intercurso social, só tomamos conhecimento da outra pessoa com referência a essas características. Em outras palavras, a formalização em tais casos é em si mesma uma expressão de certas situações sociais, e a direção por ela assumida (quer selecionemos, como no caso do "embaixador", a sua função como representante político, quer, como no caso do "forasteiro", separemos os seus traços étnicos) depende da situação social, a qual entra, ainda que em forma diluída, nas categorias por nós usadas. De maneira semelhante, pode-se observar que na jurisprudência a lei formalizada toma o lugar da justiça sem caráter formal, a qual surge das questões concretas e representa um juízo qualitativo derivado da situação, expressando o sentido de justiça de uma comunidade, sempre que uma economia de troca atinge um ponto em que a própria existência depende de saber antecipadamente o que determinará a lei. A partir de então, é menos importante fazer plena justiça a cada caso, em sua unicidade absoluta, do que poder, com exatidão cada vez maior, classificar e incluir cada caso em categorias formalizadas preestabelecidas.

Como já foi indicado, não estamos ainda hoje em condições de decidir a questão sôbre qual das duas alternativas supramencionadas uma teoria científica do conhecimento será obrigada a seguir pela pressão dos dados empíricos. Em ambos os casos, porém, teremos de levar em conta a determinação situacional como um fator inerente do conhecimento, assim como a teoria do relacionismo e a teoria da base mutável do pensamento. Em ambos os casos, devemos rejeitar a idéia da existência de uma "esfera da verdade em si", como hipótese desintegradora e injustificável. É instrutivo observar que as ciências naturais parecem estar, a muitos respeitos, numa situação muito análoga, especialmente se usarmos como base de confronto a interpretação da sua condição atual, tão hábilmente exposta por W. Westphal. De acôrdo com o seu ponto de vista, uma vez descoberto que os nossos padrões convencionais de medida, tais como relógios etc., bem como a linguagem cotidiana a êles associada, só são possíveis e utilizáveis para êsse plano de orientação cotidiano baseado no senso comum, começou-se a compreender que na teoria do quantum, por exemplo, onde

lidamos com a medida de elétrônios, é impossível falar de um resultado de medição que possa ser formulado independentemente do instrumento de medida usado. Isso, porque neste último caso o instrumento de medição é interpretado como um objeto que por si mesmo influencia bastante a posição e velocidade dos elétrônios a ser medidos. Surgiu, assim, a tese de que as medições de posição e velocidade só são expressáveis em "relações indeterminadas" (Heisenberg) que especificam o grau de indeterminação. Ademais, o seguinte passo dado a partir dessa idéia foi negar a afirmação, intimamente associada ao velho método de pensar, de que os elétrônios *em si* deviam ter, na realidade, trajetórias bem definidas, fundando-se em que as afirmações sobre coisas *em si* pertencem a êsse tipo de asserções completamente vazias que transmitem, é verdade, uma espécie de imagem intuitivamente derivada, mas são completamente despidas de conteúdo, visto que delas não se pode extrair nenhuma consequência. Ao que se acreditava, o mesmo é aplicável à suposição de que os corpos em movimento devem ter uma velocidade absoluta. Mas já que, em princípio, de acôrdo com a relatividade de Einstein, esta não é determinável, tal suposição, à luz da teoria moderna, inclui-se entre essas asserções vazias tanto como a tese da existência de um outro mundo além do nosso, mundo êsse que, no caso, é inacessível à nossa experiência.

Se seguíssemos essa linha de pensamento, que no seu relacionismo não formulado apresenta surpreendente semelhança com a nossa, a formulação do postulado lógico da existência e validade de uma esfera da "verdade em si" parece tão difícil de justificar quanto todos os outros vazios dualismos existenciais que acabamos de mencionar. Com efeito, desde que vejamos apenas determinabilidades relacionais em todo o domínio do conhecimento empírico, a formulação de uma esfera da verdade "em si" não tem quaisquer consequências para o processo de conhecimento.

5. PROBLEMAS TÉCNICOS DA PESQUISA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA NO CAMPO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

Em nossos dias, a tarefa mais importante da sociologia do conhecimento é demonstrar a sua capacidade real de pesquisa no campo histórico-sociológico. Neste domínio deve ela criar critérios de exatidão para estabelecer verdades empíricas e assegurar o contrôle destas. Deve sair da fase

atual, em que se ocupa com intuições casuais e generalidades tôscas (tais como a grosseira dicotomia envolvida na asserção de que aqui temos o pensamento burguês, ali o proletário etc.), embora isto talvez signifique o sacrifício da sua clareza demasiadamente simplificada. Neste ponto, pode e deve aprender com os métodos e resultados exatos das disciplinas filológicas e com os métodos usados na história da arte, em particular no tocante à sucessão estilística.

Nesta última, os métodos de "datar" e "situar" diferentes obras de arte estão especialmente adiantados e com êles, *mutatis mutandis*, há muito que aprender. A tarefa básica da pesquisa na sociologia do conhecimento, em conexão com êste ponto, é determinar os vários pontos de vista que surgem gradualmente na história do pensamento e estão constantemente em processo de transformação.

Estas várias posições são determinadas pelo método de atribuição. Isto envolve um conceito claro da perspectiva de cada produto do pensamento e a colocação da perspectiva assim estabelecida em relação com as correntes intelectuais de que faz parte. A origem destas correntes, por sua vez, deve ser buscada nas fôrças sociais que as determinam (passo que ainda não foi dado pela história da arte no seu próprio domínio).

Há dois níveis em que se pode realizar a tarefa de atribuição. O primeiro (*Sinn gemässe Zurechnung*) trata dos problemas gerais de interpretação. Reconstrói os estilos e perspectivas integrais do pensamento, buscando a origem de expressões e registros de pensamento, que parecem relacionados, numa *Weltanschauung* (visão do mundo) central de que êles constituem a expressão. Torna explícito todo o sistema que se encontra implícito nos distintos segmentos de um sistema de pensamento. Em estilos de pensamento que não são partes admitidas de um sistema fechado, descobre a unidade de visão subjacente. Mesmo depois disto feito, o problema da atribuição ainda não fica completamente resolvido neste nível. Ainda que, por exemplo, lográssemos mostrar que na primeira metade do século XIX a maioria das atividades intelectuais e seus produtos podiam, do ponto de vista do seu significado, ser incluídos na polaridade do pensamento "liberal" e "conservador" e a ela imputados, ainda surgiria o problema sôbre se essa referência explícita a uma concepção central que atua puramente num nível intelectual corresponde na verdade aos fatos. É bem possível que o pesquisador consiga construir com fragmentos de expressão êsses dois sistemas fechados e antitéticos — o do

pensamento conservador, por um lado, e o do liberal, por outro, embora os liberais e conservadores da época bem possam, na realidade, não ter pensado absolutamente dessa maneira.

O segundo nível de atribuição (*Faktizitätszurechnung*) é a admitindo que os tipos ideais construídos mediante o processo acima descrito são hipóteses indispensáveis à pesquisa, e perguntando então até que ponto os liberais e conservadores pensavam realmente nesses termos e dentro de que limites, nos casos individuais, êsses tipos ideais se realizavam efetivamente no seu pensamento. Todo autor da época que nos fôr acessível deverá ser examinado dêste ponto de vista, e a atribuição em cada caso deve basear-se nas fusões e cruzamentos de pontos de vista que possam ser encontrados nas suas afirmações.

A realização metódica desta tarefa de atribuição resultará, finalmente, no quadro concreto do curso e direção do desenvolvimento que se verificou na realidade. Revelará a verdadeira história dêsses dois estilos de pensamento. Êste método é de máxima fidedignidade na reconstituição do desenvolvimento intelectual, visto que decompõe em seus elementos o que a princípio era apenas uma impressão sumária do curso da história intelectual e, pela redução dessa impressão a critérios explícitos, torna possível uma reconstituição da realidade. Por êsse meio consegue, subsequenteemente, isolar as forças anônimas e desarticuladas que atuam na história do pensamento. Faz isto, entretanto, não na simples forma de suposições, nem em termos narrativos (que ainda é o nível da nossa história política e cultural), mas antes na forma da determinação controlável dos fatos. Ê, já se vê, precisamente no processo da investigação pormenorizada que muitas coisas, antes aparentemente certas, tornam-se problemáticas. Assim, por exemplo, pode haver muita controvérsia, em vista do caráter ambivalente dos tipos mistos, no tocante ao estilo a que devem ser atribuídos. A fecundidade do método histórico no estudo dos estilos artísticos, entretanto, não é refutada mas antes robustecida pelas questões sôbre se a obra de certos artistas deve ser atribuída à Renascença ou ao Barroco.

Uma vez elaboradas as estruturas e tendências dos dois estilos de pensamento, defrontamo-nos com a tarefa da sua atribuição social. Como sociólogos, não tentamos explicar as formas e variações do pensamento conservador, por exemplo, mediante a simples referência à *Weltanschauung* conservadora. Pelo contrário, procuramos derivá-las, em primei-

ro lugar, da composição dos grupos e camadas que se expressam por essa forma de pensamento. Em segundo lugar, procuramos explicar o impulso e o sentido da evolução do pensamento conservador por meio da situação estrutural e das mudanças que esta sofre dentro de um todo mais amplo, historicamente condicionado (como a Alemanha, por exemplo), e por meio dos problemas em constante variação levantados pelas mudanças de estrutura.

Levando constantemente em conta os vários tipos de conhecimento, desde as primitivas impressões intuitivas até à observação controlada, a sociologia do conhecimento procura obter uma compreensão sistemática das relações entre a existência social e o pensamento. A vida inteira de um grupo histórico-social apresenta-se como uma configuração interdependente; o pensamento é apenas a expressão dela e a interação desses dois aspectos da vida é o elemento essencial da configuração, cujas conexões íntimas devem ser traçadas minuciosamente para que ela possa ser compreendida.

Na primeira fila daqueles que fazem avançar a sociologia do conhecimento e a história sociológica das idéias estão aqueles cientistas que, em suas pesquisas específicas, empregam um método consciente ao tratar com materiais concretos. A controvérsia a respeito de problemas particulares de atribuição da sociologia do conhecimento é prova da transição das conjecturas impressionistas para o estágio de verdadeira pesquisa empírica.

6. BREVE ESBOÇO DA HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.

As causas mais importantes que deram origem à sociologia do conhecimento já foram tratadas nas páginas anteriores. Sendo ela, como é, uma disciplina surgida das exigências do desenvolvimento social, torna-se claro que os passos e atitudes intelectuais que a ela conduziram foram dados lentamente, sob as mais diversas condições e em ocasiões diferentes. Aqui devemos limitar-nos exclusivamente aos nomes e fases mais importantes da sua história. A sociologia do conhecimento surgiu na realidade com Marx, cujos aper- çus profundamente sugestivos penetraram até o âmago da questão. Na sua obra, contudo, a sociologia do conhecimento ainda não se distingue do desmascaramento de ideologias, já que para ele as camadas e classes sociais eram as portadoras das ideologias. Além disso, embora a teoria da ideo-

logia aparecesse na contextura de determinadas interpretações da história, ainda não se achava consistentemente elaborada. A outra fonte da moderna teoria da ideologia e da sociologia do conhecimento pode ser encontrada nas luminosas intuições de Nietzsche, que combinou observações concretas nesse campo com uma teoria dos impulsos e uma teoria do conhecimento que nos lembram o pragmatismo. Também êle fêz atribuições sociológicas, usando como categorias principais as culturas "aristocráticas" e "democráticas", a cada uma das quais atribuiu certas formas de pensamento.

A partir de Nietzsche, as linhas de desenvolvimento levam às teorias de Freud e Pareto sôbre os impulsos originais e aos métodos por eles desenvolvidos a fim de pôr à mostra, no pensamento humano, deformações e produtos de mecanismos instintivos. É de notar-se no positivismo uma corrente correlata, que resultou na elaboração de uma teoria da ideologia, conduzindo de Ratzenhofer a Oppenheimer através de Gumplowicz. Jerusalem, que estimulou discussões mais recentes, pode ser contado também entre os positivistas. Não percebeu, porém, as dificuldades do problema, surgidas do historicismo e da posição de Dilthey nas ciências culturais (12).

O método da sociologia do conhecimento foi elaborado de maneira mais cuidadosa ao longo de duas linhas principais: a primeira foi através de Lukács, que volta a Marx e desenvolve os fecundos elementos hegelianos contidos neste último. Chegou, assim, a uma solução muito fértil, esquemática e dogmática do problema, mas solução que se ressentia da unilateralidade e das vicissitudes de uma dada filosofia da história. Lukács não ultrapassou Marx, pois deixou de distinguir entre o problema do desmascaramento de ideologias, por um lado, e a sociologia do conhecimento por outro. Além de muitas observações valiosas, cabe a Scheler o mérito de haver tentado integrar a sociologia do conhecimento na estrutura de uma concepção filosófica do mundo. A importância da obra de Scheler, todavia, deve antes ser procurada na direção de um avanço metafísico. Assim se explica que êle tenha desdenhado mais ou menos os conflitos internos inerentes à sua nova orientação intelectual, bem como as inferências dinâmicas e problemas novos que dela

12) As obras que representam esta tendência, incluindo a investigação dos sociólogos franceses a respeito da "mentalidade primitiva," não são tratadas aqui.

se originavam. É verdade que desejava fazer inteira justiça à nova perspectiva aberta pela sociologia do conhecimento, mas apenas na medida em que ela pudesse ser conciliada com a ontologia, metafísica e epistemologia que êle representava. O resultado foi um grandioso esboço sistemático, repleto de intuições profundas, mas destituído de um método praticável de pesquisa, apropriado a uma ciência cultural sociològicamente orientada.

Se nesta apresentação sumária da sociologia do conhecimento não a expusemos em tôda a sua variedade, mas apenas na forma pela qual o autor a concebe e que é desenvolvida nas primeiras quatro partes dêste livro, é porque desejávamos apresentar o problema na forma mais unificada que fôsse possível a fim de facilitar a discussão.